

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, CURSOS E MATRÍCULAS: O QUE OS DADOS REVELAM?

HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS, COURSES AND ENROLLMENT: WHAT DOES THE DATA REVEAL?

Daniella Borges RIBEIRO* 

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral identificar as tendências no Brasil de expansão das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e das matrículas entre os anos de 1980 e 2018. Os dados foram coletados no site do INEP, sistematizados e analisados. Foi possível verificar o aumento do número de instituições de ensino superior no Brasil, bem como o predomínio de matrículas no setor privado, o que aponta para a mercadorização da educação. Outro dado interessante refere-se ao crescimento da modalidade do ensino a distância, tanto em termos dos números de cursos quanto de matrículas.

Palavras-chave: Educação. Ensino superior. Mercadorização.

Abstract: This paper aims to identify the trends in Brazil for the expansion of higher education institutions, undergraduate courses and enrollments between 1980 and 2018. The data were collected on the INEP website, systematized and analyzed. It was possible to verify the increase in the number of higher education institutions in Brazil, as well as the predominance of enrollments in the private sector, which points to the commodification of education. Another interesting data refers to the growth of the distance learning modality, both in terms of the number of courses and enrollments.

Keywords: Education. Higher Education. Merchandization.

Submetido em 10/06/2020.

Aceito em 04/05/2021.

*Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social - Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Endereço para correspondência: Avenida PH Rolfs, s/n, Campus UFV, Viçosa/MG - CEP 36570-900. E-mail: dborgesribeiro@yahoo.com.br



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

INTRODUÇÃO

A política de educação no Brasil sofreu importantes alterações após o ano de 1990. No nível superior podemos citar o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a mercadorização do ensino, o que pode ser comprovado a partir dos dados disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as tendências no Brasil de expansão das Instituições de Ensino Superior, dos cursos de graduação e das matrículas entre os anos de 1980 e 2018.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa (DESLANDES; ASSIS, 2002, p. 197). A coleta de dados foi baseada nos relatórios do ensino superior disponíveis no site do INEP, sendo realizadas consultas nos relatórios que abordam o ensino superior de 1980 até 2018. Os dados foram registrados em tabelas e analisados. Consideramos a análise desses dados de suma importância para o cenário atual, no qual a mercadorização dos direitos sociais (com destaque para a educação) associada à exploração da força de trabalho aparece como questão central para assegurar o processo de valorização do capital.

1. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DE 1990

Frente à crise de 1970 e a necessidade de retomada do processo de acumulação ampliada do capital, as políticas sociais foram vistas como importantes áreas lucrativas e, por isso, de interesse empresarial. No caso do Brasil, o acesso aos direitos sociais por meio dos serviços privados foi aprofundado a partir de 1990 com a emergência do Estado neoliberal. Desse modo, a ampliação dos direitos sociais, materializada na Constituição Federal de 1988, veio acompanhada pelas disputas em torno dos direitos sociais como dever do Estado versus a lógica dos serviços a serem vendidos no mercado (NETTO, BRAZ, 2006; PEREIRA, 2009).

A Constituição Federal de 1988 ampliou o reconhecimento dos direitos sociais (incluindo, por exemplo, a assistência social como um direito), mas, não atrelou esses direitos à responsabilidade exclusiva do Estado. No caso da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 prevê que “Art. 7º **O ensino é livre à iniciativa privada**, atendidas as seguintes condições [...]” (BRASIL, 1996, p. 2, grifo nosso).

Dessa forma, a educação brasileira continuou sendo fonte de lucro para o mercado, e é preciso ressaltar que a educação superior não foi reconhecida como um direito de todos na LDB. O acesso ao ensino superior, embora tenha aumentado, continuou sendo excludente¹ e ancorado pelo discurso meritocrático (BRASIL, 1996).

¹ Artigo 4º da LDB “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] **V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um**” (BRASIL, 1996, p. 1, grifo nosso).

A educação como um campo em potencial para a exploração do capital a partir dos anos de 1990 teve como marco o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e continuou, em maior ou menor grau, nos governos posteriores. O projeto de governo elaborado pela equipe de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o período de 1995 a 1998 tinha como centro a chamada “reforma” do Estado, amparada pelo documento “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) na gestão de Luiz Carlos Bresser Pereira e aprovado em setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado (LIMA, 2007; PEREIRA, 1995; PEREIRA 2009). Em relação à “reforma” administrativo-gerencial do aparelho de Estado, o Plano Diretor sinalizava que a Constituição Federal de 1988 tirou a capacidade operacional do governo, aumentando os gastos e os direitos dos servidores públicos, que eram vistos como privilégios. O documento apresenta a proposta de contratação de celetistas; de estímulo ao “espírito empreendedor” na política de recursos humanos, por meio do condicionamento da remuneração do servidor ao seu desempenho profissional; de transformação das autarquias em organizações públicas não-estatais, chamadas organizações sociais; da reforma da previdência, entre outros. Pode-se afirmar que a “reforma” do Estado brasileiro aconteceu em direção à privatização e ao desmantelamento dos direitos sociais incluídos na Constituição de 1988 (LIMA, 2007; PEREIRA, 1995).

A mercadorização da educação superior aconteceu por meio de duas estratégias principais: a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos cursos e a diversificação das fontes de financiamento, por meio da identificação da educação como um setor público não-estatal, como o recomendado pelo projeto de “reforma” do Estado conduzido por FHC e Bresser Pereira e pelos documentos dos organismos internacionais² (LIMA, 2007; PEREIRA 2009). A diversificação das IES aparece como um elemento importante para a mercadorização, para que o empresariado possa escolher entre as várias alternativas, a que lhe for mais rentável. Ou seja, pode-se oferecer um ensino de péssima qualidade, com baixíssimo custo, sem o tripé ensino, pesquisa e extensão, se isso estiver em sintonia com os anseios dos empresários da educação. Esse foi o cenário por onde transitou a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996³ (LIMA, 2007; NOGUEIRA, 2008).

A LDB aprovada permitiu uma gama de diferenciações entre as instituições de educação e possibilitou a inclusão de novas modalidades de ensino como os cursos sequenciais e o ensino de graduação a distância (EaD)⁴ (BRASIL, 1996). De acordo com a LDB de 1996 as instituições de ensino classificam-se como:

² Vários documentos internacionais inspiraram este governo, citaremos alguns: “O ensino superior: as lições derivadas da experiência” do Banco Mundial, publicado em 1995 e, “Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior” da UNESCO, publicado em 1999 (LEHER, 2001).

³ A mercantilização do ensino foi legitimada mediante a aprovação da LDB resultante do PL nº 101/93 do senador Darcy Ribeiro, que desconsiderou o PL elaborado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) (PL nº 1.258/88) (SAVIANI, 1997).

⁴ Artigo 80 da LDB “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 52).

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I – particulares em sentido restrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – filantrópicas, na forma da Lei (BRASIL, 1996, p. 7).

Ribeiro e Ferraz (2017) ao tratarem sobre a política de educação superior apontam algumas tendências contemporâneas: a mercadorização do ensino; as parcerias público-privadas; o adensamento da influência dos organismos internacionais; o incentivo para a captação de recursos privados pelas universidades públicas; a diversificação das IES; o crescimento do ensino a distância; a precarização do ensino; a captação de recursos do fundo público pelos setores privados e a certificação em larga escala. Os dados apresentados abaixo nos mostram a realidade do ensino superior no país, principalmente, no que diz respeito à tendência da mercadorização e de fortalecimento do ensino a distância.

2. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

De acordo com Sguissardi (2008) em 1964, ano de implantação da ditadura civil-militar no Brasil, a cobertura do sistema de educação superior era pequena, somando ao todo 142.386 matrículas, sendo 87.665 (61,6%) em instituições públicas e 54.721 (38,4%) em instituições privadas. Para o autor foi na ditadura que “ocorreu de forma marcante o primeiro grande movimento de privatização do sistema” (SGUISSARDI, 2008, p. 997), o que pode ser verificado através de dados: em 1974, por exemplo, de um total de 937.593 matrículas no ensino superior brasileiro, 341.028 (36,4%) foram nas instituições públicas e 596.565 (63,5%) nas privadas, dados bem diferentes dos apresentados em 1964. Assim, a mercadorização da educação superior aprofunda-se com expressões visíveis nas próximas décadas.

Na tabela 1 podemos verificar a partir de 1996 (ano de aprovação da LDB) um crescimento do número de IES. Se em 1995 existiam 894 instituições desse nível, em 1996 esse número aumenta para 922, ou seja, um crescimento de 3,1%. A relação entre IES públicas e privadas também sofreu alteração a partir de 1996, com o aumento das instituições privadas. Em 1995, das 894 IES, 210 eram públicas e 684 privadas. Em 1996, das 922 IES, 211 eram públicas e 711 privadas. Em 1997, das 900 IES, 211 eram públicas e 689 privadas. Em 1998, das 973 IES, 209 eram públicas e 764 privadas.

Ano	Universidades				Faculdades Integradas e Centros Universitários			Estabelecimentos Isolados				Total geral
	Fed	Est.	Mun.	Priv.	Est.	Mun.	Priv.	Fed	Est.	Mun.	Priv.	
1980	34	9	2	20	1	-	19	22	43	89	643	882
1981	34	9	2	20	1	1	47	18	68	126	550	876
1982	35	10	2	20	-	2	49	18	70	122	545	873
1983	35	10	2	20	-	1	56	18	69	111	539	861
1984	35	10	2	20	-	1	58	18	64	108	531	847
1985	35	11	2	20	-	1	58	18	64	102	548	859
1986	35	11	3	27	-	2	63	18	79	115	502	855
1987	35	14	4	29	-	-	66	19	69	99	518	853
1988	35	15	2	31	-	1	66	19	72	89	541	871
1989	35	16	3	39	-	-	64	19	68	79	579	902
1990	36	16	3	40	-	-	74	19	67	81	582	918
1991	37	19	3	40	-	3	82	19	63	78	549	893
1992	37	19	4	46	-	3	81	20	63	81	539	893
1993	37	20	4	53	-	3	85	20	57	80	514	873
1994	39	25	4	59	-	3	84	18	48	81	490	851
1995	39	27	6	63	5	5	101	18	44	66	520	894
1996	39	27	6	64	4	7	132	18	43	67	515	922
1997	39	30	8	73	-	1	90	17	44	72	526	900
1998	39	30	8	76	-	-	93	18	44	70	595	973

Tabela 1. Instituições de ensino superior por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 1980-1998.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2000a; BRASIL, 1996; BRASIL, 1997; BRASIL, 1998; BRASIL, 1999).

Os anos de 1999 a 2004 (tabela 2) apresentam um dado interessante: a partir de 1999 as universidades privadas ultrapassam as universidades públicas (até 1998 as instituições chamadas de universidades eram em sua maioria públicas). No caso dos centros universitários, faculdades e institutos, o setor privado se mostrou majoritário, situação já apresentada nos anos anteriores, uma vez que, esses estabelecimentos sempre foram em sua maioria particulares. O incremento das IES privadas relaciona-se ao processo de mercadorização do ensino superior no Brasil. Nesse sentido, é preciso destacar que em 1999 (ano em que as universidades privadas ultrapassaram as públicas) surgiu a medida provisória nº 1.827/99, que instituiu o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) fortalecendo a mercadorização e alocando recursos públicos nas instituições privadas (LEHER, 2010).

Considerando o total de IES em 1999 podemos verificar que dos 1.097 estabelecimentos, 192 eram públicos e 905 privados. Nos anos 2000, dos 1.180, 176 eram públicos e 1.004 privados; em 2001, de 1.391, 183 eram públicos e 1.208 privados; em 2002, de 1.637, 195 eram públicos e 1.442 privados; em 2003, das 1.859 instituições, 207 eram públicas e 1.652 privadas e em 2004, do total de 2.013, 224 eram públicas e 1.789 privadas (tabela 2).

Ano	Universidades		Centros Universitários		Faculdades integradas		Faculdades, Escolas, Institutos		Centros de Educ. Tecn. e Fac. de Tecnologia		Total Geral
	Públ	Priv.	Públ.	Priv	Públ	Priv	Públ	Priv.	Públ.	Priv.	
1999	72	83	-	39	2	72	102	711	16	-	1.097
2000	71	85	1	49	2	88	83	782	19	-	1.180
2001	71	85	2	64	2	97	82	954	26	8	1.391
2002	78	84	3	74	3	102	80	1.160	31	22	1.637
2003	79	84	3	78	4	115	82	1.321	39	54	1.859
2004	83	86	3	104	3	116	86	1.388	49	95	2.013

Tabela 2. Instituições de ensino superior por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 1999-2004.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2000 b; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2003; BRASIL, 2004; BRASIL, 2005).

A partir de 2005 as universidades públicas voltam a ser maioria em termos de números de instituições. Em 2017, por exemplo, das 199 IES reconhecidas como universidades, 106 eram públicas e 93 privadas. Entretanto, se considerarmos a totalidade das IES no período (universidades, centros universitários, faculdades, entre outros), a maioria delas era privadas. Embora tenha ocorrido um aumento de instituições públicas, houve também um aumento importante das instituições privadas, o que foi fortalecido com o FIES e, a partir de 2005, com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (tabela 3). Segundo Chagas (2016, p. 48)

Após a crise vivida pelas IES privadas, por falta de mercado consumidor, e as grandes taxas de inadimplência no início dos anos 2000, o ProUni tira da falência diversos grupos empresariais do setor educacional. Através de isenções fiscais milionárias, o governo faz uma verdadeira transferência (mesmo que indireta) de dinheiro público, na compra das vagas ociosas das IES privadas para oferecer bolsas de estudos a estudantes oriundos da rede pública de ensino. Foi este o projeto responsável por fortalecer as IES privadas que passavam uma enorme crise, tornando a educação um dos setores mais lucrativos do mercado.

Verifica-se uma frontal disputa pelo fundo público no qual “naturaliza-se a entrega de verbas públicas para o setor privado e, ao mesmo tempo, o financiamento privado para as IES públicas, numa explícita diluição de fronteiras entre o público e o privado” (PEREIRA, 2009).

Ano	Universidades		Centros Universitários		Faculdades		IF e CEFET		Total IES Públ	Total IES Priv.	Total Geral
	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.			
2005	90	86	3	111	105	1.737	33	-	231	1.934	2.165
2006	92	86	4	115	119	1.821	33	-	248	2.022	2.270
2007	96	87	4	116	116	1.829	33	-	249	2.032	2.281
2008	97	86	5	119	100	1.811	33	-	235	2.016	2.251
2009	100	86	7	120	103	1.863	35	-	245	2.069	2.314
2010	101	89	7	119	133	1.892	37	-	278	2.100	2.378
2011	102	88	7	124	135	1.869	40	-	284	2.081	2.365
2012	108	85	10	129	146	1.898	40	-	304	2.112	2.416
2013	111	84	10	130	140	1.876	40	-	301	2.090	2.391
2014	111	84	11	136	136	1.850	40	-	298	2.070	2.368
2015	107	88	09	140	139	1.841	40	-	295	2.069	2.364
2016	108	89	10	156	138	1.866	40	-	296	2.111	2.407
2017	106	93	08	181	142	1.878	40	-	296	2.152	2.448
2018	107	92	13	217	139	1.929	40	-	299	2.238	2.537

Tabela 3. Instituições de ensino superior por Natureza e Dependência Administrativa – Brasil 2005-2018.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2006; BRASIL, 2007; BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2013; BRASIL, 2014; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; BRASIL 2017; BRASIL, 2018; BRASIL, 2019).

3. MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Em relação às matrículas, a tabela 4 demonstra que de 1980 a 1997, no que diz respeito às universidades, a maioria das matrículas concentrava-se nas universidades públicas. A partir de 1998, percebe-se um número maior de matrículas nas universidades privadas, sendo que das 1.467.888 matrículas, 700.539 foram nas universidades públicas e 767.349 nas universidades privadas. É preciso ressaltar que esse quadro iniciado em 1998 permanece até 2018, o que torna visível a mercadorização da educação superior.

Ano	Universidades				Faculdades integradas e centros universitários			Estabelecimentos isolados				Total geral
	Feder.	Estad.	Munic.	Priv.	Estad.	Munic.	Priv.	Feder.	Estad.	Munic.	Priv.	
1980	305.099	81.723	17.019	248.359	2.622	-	94.270	11.616	24.907	49.246	542.425	1.377.286
1981	301.505	82.356	17.595	242.747	2.244	5.239	179.057	11.712	45.059	70.100	429.178	1.386.792
1982	305.468	87.499	17.624	248.909	-	7.198	181.948	11.472	47.402	71.725	428.742	1.407.987
1983	328.044	98.371	17.213	244.232	-	5.032	201.376	12.074	48.826	67.129	416.695	1.438.992
1984	314.194	106.066	17.602	234.762	-	4.067	194.751	12.005	49.947	67.998	398.147	1.399.539
1985	314.102	104.441	15.414	238.020	-	4.052	179.964	12.420	42.375	63.876	392.945	1.367.609
1986	313.520	104.816	20.600	283.927	-	3.094	187.617	12.214	48.973	74.415	369.020	1.418.196
1987	315.956	114.418	26.180	304.682	-	-	197.810	13.467	53.621	61.323	383.098	1.470.555
1988	304.465	129.785	17.178	318.812	-	965	200.779	13.366	60.951	58.641	398.613	1.503.555
1989	301.535	136.137	21.663	356.689	-	-	183.483	13.748	57.560	53.771	394.318	1.518.904
1990	294.626	136.257	23.499	370.245	-	-	202.079	14.241	58.160	51.842	389.131	1.540.080
1991	305.350	153.678	24.390	371.840	-	9.266	216.434	14.785	48.637	49.630	371.046	1.565.056
1992	310.533	159.963	30.353	370.880	-	9.445	196.020	15.351	50.170	53.847	339.226	1.535.788
1993	328.907	167.674	28.623	415.717	-	10.362	199.755	15.480	48.861	53.609	325.680	1.594.668
1994	349.790	190.271	31.547	463.118	-	10.344	193.127	13.753	41.665	53.080	314.339	1.661.034
1995	353.235	201.974	43.370	529.353	1.161	4.168	188.485	14.296	36.080	46.256	341.325	1.759.703
1996	373.880	204.819	47.432	583.269	1.592	7.089	236.348	15.107	36.690	48.818	313.485	1.868.529
1997	380.980	226.149	59.292	660.038	-	1.078	191.589	14.853	27.529	49.301	334.806	1.945.615
1998	392.873	239.908	67.758	767.349	-	-	216.137	15.767	35.026	53.397	337.743	2.125.958

Tabela 4. Matrículas por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 1980-1998.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2000a; BRASIL, 1996; BRASIL, 1997; BRASIL, 1998; BRASIL, 1999).

Matrículas na graduação presencial							
Ano	Categ. Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Fac. Integradas	Faculdades	Centros de Educ. Tecnológica	Total Geral
1999	Total	1.619.734	160.977	116.611	453.139	19.484	2.369.945
1999	Pública	725.182		3.652	83.704	19.484	832.022
1999	Federal	421.353			10.316	10.893	442.562
1999	Estadual	264.938			28.851	8.591	302.380
1999	Municipal	38.891		3.652	44.537		87.080
1999	Privada	894.552	160.977	112.959	369.435		1.537.923
1999	Particular	267.267	97.859	72.277	213.959		651.362
1999	Com/Conf/fil	627.285	63.118	40.682	155.476		886.561

Tabela 5. Matrículas por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 1999

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2000b).

Ao considerarmos a totalidade das instituições de ensino (não apenas as universidades), podemos notar que entre 1980 e 1999 os estudantes estavam matriculados majoritariamente nas instituições privadas (tabelas 4 e 5).

Nos anos 2000, de 1.806.989 matrículas nas universidades, 780.166 foram nas públicas (459.011 nas federais; 299.033 nas estaduais e 22.122 nas municipais) e 1.026.823 foram em universidades privadas (332.623 nas particulares e 694.200 nas comunitárias, confessionais e filantrópicas), sendo o número de matriculados em âmbito universitário maior nas universidades privadas. Quanto aos centros universitários, das 244.679 matrículas, 4.618 foram em centros públicos e 240.061 nos privados. As matrículas nas faculdades integradas, faculdades, escolas e institutos seguem a mesma lógica com predominância do setor privado. Apenas nos centros de educação tecnológica é que se percebe a prevalência do setor público com todas as matrículas concentradas neste setor (tabela 6).

Matrículas na graduação presencial								Matrículas no EAD
Ano	Categ. Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Fac. Integradas	Fac., Escolas e Institutos	Centros de Educ. Tecnológica	Total Geral presencial	Total Geral
2000	Total	1.806.989	244.679	144.441	474.814	23.322	2.694.245	1.682
2000	Pública	780.166	4.618	5.003	73.917	23.322	887.026	
2000	Federal	459.011			10.386	13.353	482.750	
2000	Estadual	299.033			23.102	9.969	332.104	
2000	Municipal	22.122	4.618	5.003	40.429		72.172	
2000	Privada	1.026.823	240.061	139.438	400.897		1.807.219	
2000	Particular	332.623	160.817	104.541	282.574		880.555	
2000	Com/Conf/filan	694.200	79.244	34.897	118.323		926.664	
2001	Total	1.956.542	338.275	166.160	538.305	31.472	3.030.754	5.359
2001	Pública	816.913	5.750	5.147	80.576	30.839	939.225	
2001	Federal	471.989	1.012	-	9.731	20.228	502.960	
2001	Estadual	322.013	-	-	24.391	10.611	357.015	
2001	Municipal	22.911	4.738	5.147	46.454	-	79.250	
2001	Privada	1.139.629	332.525	161.013	457.729	633	2.091.529	
2001	Particular	360.129	215.999	128.609	335.104	633	1.040.474	
2001	Com/Conf/filan	779.500	116.526	32.404	122.625	-	1.051.055	
2002	Total	2.150.659	430.315	179.707	676.053	43.179	3.479.913	40.714
2002	Pública	915.902	14.646	7.179	76.813	37.115	1.051.655	
2002	Federal	500.459	1.061	-	3.852	26.262	531.634	
2002	Estadual	380.957	-	-	23.759	10.853	415.569	
2002	Municipal	34.486	13.585	7.179	49.202	-	104.452	
2002	Privada	1.234.757	415.669	172.528	599.240	6.064	2.428.258	
2002	Particular	394.323	259.089	140.728	461.697	6.064	1.261.901	
2002	Com/Conf/filan	840.434	156.580	31.800	137.543	-	1.166.357	

Tabela 6. Matrículas por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 2000-2002.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2003).

O total geral das matrículas na graduação presencial em 2000 mostra que das 2.694.245 matrículas, 887.026 (32,9%) foram nas IES públicas e 1.807.219 (67,1%) nas privadas. Os dados sobre as matrículas no ensino a distância só aparecem nos relatórios do INEP a partir de 2000, ano em que as matrículas presenciais eram de 2.694.245 e no ensino a distância de 1.682. Em 2001 destacamos as matrículas nos Centros de Educação Tecnológica privados, o que não existia no ano 2000. Em 2002, as matrículas nos Centros de Educação Tecnológica em comparação ao ano de 2001 tiveram um aumento (em 2001, 30.839 matrículas eram nos Centros públicos e 633 nos privados; em 2002, 37.115 matrículas eram nos Centros públicos e 6.064 nos privados). Verifica-se também o aumento de matrículas nos cursos a distância, que passaram de 5.359 em 2001 para 40.714 em 2002 (tabela 6).

Matrículas em cursos de graduação presenciais								Matrículas no EAD
Ano	Categoria Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Fac. Integradas	Fac., Escolas e Institutos	Centros de Educ. Tecnológica	Total Geral presencial	Total Geral
2003	Total	2.276.281	501.108	208.896	841.030	59.707	3.887.022	49.911
2003	Pública	985.465	16.605	8.991	80.513	44.796	1.136.370	
2003	Federal	527.719	1.159	785	3.637	33.801	567.101	
2003	Estadual	404.821	-	-	26.890	10.995	442.706	
2003	Municipal	52.925	15.446	8.206	49.986	-	126.563	
2003	Privada	1.290.816	484.503	199.905	760.517	14.911	2.750.652	
2003	Particular	400.791	292.659	163.490	603.243	14.911	1.475.094	
2003	Com/Conf/filan	890.025	191.844	36.415	157.274	-	1.275.558	
2004	Total	2.369.717	614.913	200.695	901.976	76.432	4.163.733	59.611
2004	Pública	1.022.923	13.883	8.425	83.023	50.074	1.178.328	
2004	Federal	533.892	1.205	-	3.746	35.741	574.584	
2004	Estadual	429.823	-	-	27.505		471.661	
2004	Municipal	59.208	12.678	8.425	51.772	14.333	132.083	
2004	Privada	1.346.794	601.030	192.270	818.953	26.358	2.985.405	
2004	Particular	407.303	339.116	161.978	662.233	26.264	1.596.894	
2004	Com/Conf/filan	939.491	261.914	30.292	156.720	94	1.388.511	
2005	Total	2.469.778	674.927	207.898	1.017.334	83.219	4.453.156	114.642
2005	Pública	1.042.816	15.757	10.068	79.368	44.180	1.192.189	
2005	Federal	549.171	-	-	2.143	28.273	579.587	
2005	Estadual	433.692	-	-	27.750	15.907	477.349	
2005	Municipal	59.953	15.757	10.068	49.475	-	135.253	
2005	Privada	1.426.962	659.170	197.830	937.966		3.260.967	
2005	Particular	413.044	369.485	166.356	765.462	39.039	1.753.184	
2005	Com/Conf/filan	1.013.918	289.685	31.474	172.504	38.837	1.507.783	

Tabela 7. Matrículas por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 2003-2005.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005; BRASIL, 2006).

Os anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 (tabelas 7 e 8) seguem a tendência da mercadorização do ensino superior e da expansão dos cursos a distância. Se em 2007 o EaD concentrava 369.766 matrículas, em 2008 esse número aumentou para 727.961 (tabela 8).

De 2008 a 2011 os dados do Inep utilizam o termo CEFET/IFET e, de 2012 a 2017, os termos IF/CEFET, sendo todas as instituições desse tipo públicas. Todavia, embora as matrículas desses Centros e Institutos fossem apenas no âmbito público, na contagem geral dos dados o número total de matrículas nas IES (universidades, centros universitários, faculdades integradas, entre outros) continuaram maiores no setor privado (tabela 9).

Matrículas em cursos de graduação presenciais								Matrículas no EAD
Ano	Categ Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Fac. Integradas	Fac., Escolas e Institutos	CET/FaT	Total Geral presencial	Total Geral
2006	Total	2.510.396	727.909	207.899	1.132.305	98.137	4.676.646	207.206
2006	Pública	1.053.263	16.510	10.565	81.022	47.944	1.209.304	
2006	Federal	556.231	-	-	2.208	31.382	589.821	
2006	Estadual	436.662	-	-	28.532	16.562	481.756	
2006	Municipal	60.370	16.510	10.565	50.282	-	137.727	
2006	Privada	1.457.133	711.399	197.334	1.051.283	50.193	3.467.342	
2006	Particular	437.165	405.773	169.352	862.275	49.601	1.924.166	
2006	Com/Conf/filan	1.019.968	305.626	27.982	189.008	592	1.543.176	
2007	Total	2.644.187	680.938	233.147	1.213.971	108.138	4.880.381	369.766
2007	Pública	1.082.684	17.617	10.398	77.236	53.033	1.240.968	
2007	Federal	578.536	-	-	1.475	35.531	615.542	
2007	Estadual	439.585	-	-	25.727		482.814	
2007	Municipal	64.563	17.617	10.398	50.034	17.502	142.612	
2007	Privada	1.561.503	663.321	222.749	1.136.735	55.105	3.639.413	
2007	Particular	693.313	353.462	192.376	963.930	54.240	2.257.321	
2007	Com/Conf/filan	868.190	309.859	30.373	172.805	865	1.382.092	

Tabela 8. Matrículas por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 2006-2007.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2007; BRASIL, 2008).

Matrículas em cursos de graduação presenciais							Matrículas no EAD
Ano	Categ. Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	CEFET/IFET	Total Geral presencial	Total Geral
2008	Total	2.685.628	720.605	1.632.888	40.935	5.080.056	727.961
2008	Pública	1.110.945	23.110	98.975	40.935	1.273.965	
2008	Federal	600.772	.	1.394	40.935	643.101	
2008	Estadual	446.832	.	43.403	.	490.235	
2008	Municipal	63.341	23.110	54.178	.	140.629	
2008	Privada	1.574.683	697.495	1.533.913	.	3.806.091	
2008	Particular	735.041	384.896	1.328.864	.	2.448.801	
2008	Com/Conf/filan	839.642	312.599	205.049	.	1.357.290	
2009	Total	2.715.720	711.328	1.634.115	54.733	5.115.896	838.125
2009	Pública	1.190.596	13.849	91.990	54.733	1.351.168	
2009	Federal	696.693	.	1.421	54.733	752.847	
2009	Estadual	437.044	869	42.232	.	480.145	
2009	Municipal	56.859	12.980	48.337	.	118.176	
2009	Privada	1.525.124	697.479	1.542.125	.	3.764.728	
2009	Particular	958.000	515.428	1.426.335	.	2.899.763	
2009	Com/Conf/filan	567.124	182.051	115.790	.	864.965	
2010	Total	2.809.974	741.631	1.828.943	68.572	5.449.120	930.179
2010	Pública	1.272.971	14.166	105.987	68.572	1.461.696	
2010	Federal	763.891	.	1.471	68.572	833.934	
2010	Estadual	471.269	1.199	52.230	.	524.698	
2010	Municipal	37.811	12.967	52.286	.	103.064	
2010	Privada	1.537.003	727.465	1.722.956	.	3.987.424	
2011	Total	2.933.555	774.862	1.955.328	83.017	5.746.762	992.927
2011	Pública	1.382.656	14.898	114.820	83.017	1.595.391	
2011	Federal	842.606	-	1.463	83.017	927.086	
2011	Estadual	484.606	1.623	61.973	-	548.202	
2011	Municipal	55.444	13.275	51.384	-	120.103	
2011	Privada	1.550.899	759.964	1.840.508	-	4.151.371	

Tabela 9. Matrículas por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil 2008-2011.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2009; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012).

Os dados referentes aos anos de 2012 a 2018 mostram a predominância de matrículas na graduação presencial nas IES privadas, com exceção dos IF's e CEFET's, cujas matrículas são em estabelecimentos públicos (tabela 10). Em 2012, as matrículas no EaD somavam 1.113.850, passando para 2.056.511 em 2018, ou seja, em 6 anos houve um aumento de 85% de matrículas no EaD (tabela 10).

Matrículas em cursos de graduação presenciais							Matrículas no EAD
Ano	Categ. Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET	Total Geral presencial	Total Geral
2012	Total	3.009.846	829.790	1.986.263	97.939	5.923.838	1.113.850
2012	Pública	1.469.565	21.872	126.376	97.939	1.715.752	
2012	Federal	885.716	-	1.547	97.939	985.202	
2012	Estadual	489.219	1.689	69.597	-	560.505	
2012	Municipal	94.630	20.183	55.232	-	170.045	
2012	Privada	1.540.281	807.918	1.859.887	-	4.208.086	
2013	Total	3.082.155	863.941	2.094.641	111.668	6.152.405	1.153.572
2013	Pública	1.509.479	25.692	131.135	111.668	1.777.974	
2013	Federal	932.263	.	1.576	111.668	1.045.507	
2013	Estadual	480.461	1.715	75.412	.	557.588	
2013	Municipal	96.755	23.977	54.147	.	174.879	
2013	Privada	1.572.676	838.249	1.963.506	.	4.374.431	
2014	Total	3.205.001	963.760	2.194.122	123.288	6.486.171	1.341.842
2014	Pública	1.548.007	27.094	123.240	123.288	1.821.629	
2014	Federal	958.659	.	1.639	123.288	1.083.586	
2014	Estadual	506.905	1.793	67.970	.	576.668	
2014	Municipal	82.443	25.301	53.631	.	161.375	
2014	Privada	1.656.994	936.666	2.070.882	.	4.664.542	
2015	Total	3.274.864	1.011.996	2.211.214	135.471	6.633.545	1.393.752
2015	Pública	1.546.581	18.844	122.856	135.471	1.823.752	
2015	Federal	996.043	.	1.658	135.471	1.133.172	
2015	Estadual	503.844	1.570	69.231	.	574.645	
2015	Municipal	46.694	17.274	51.967	.	115.935	
2015	Privada	1.728.283	993.152	2.088.358	.	4.809.793	
2016	Total	3.256.450	1.043.889	2.098.161	155.783	6.554.283	1.494.418
2016	Pública	1.569.795	22.708	119.191	155.783	1.867.477	
2016	Federal	1.018.185	.	1.682	155.783	1.175.650	
2016	Estadual	505.810	1.538	70.619	.	577.967	
2016	Municipal	45.800	21.170	46.890	.	113.860	
2016	Privada	1.686.655	1.021.181	1.978.970	.	4.686.806	
2017	Total	3.249.811	1.103.140	2.007.774	168.956	6.529.681	1.756.982
2017	Pública	1.573.022	18.712	119.094	168.956	1.879.784	
2017	Federal	1.032.638	-	3.362	168.956	1.204.956	
2017	Estadual	506.641	1.076	71.898	-	579.615	
2017	Municipal	33.743	17.636	43.834	-	95.213	
2017	Privada	1.676.789	1.084.428	1.888.680	-	4.649.897	
2018	Total	3.184.812	1.228.091	1.797.678	183.663	6.394.244	2.056.511
2018	Pública	1.580.428	23.851	116.612	183.663	1.904.554	
2018	Federal	1.044.417	2.276	1.553	183.663	1.231.909	
2018	Estadual	505.149	1.578	76.178	-	582.905	
2018	Municipal	30.862	19.997	38.881	-	89.740	
2018	Privada	1.604.384	1.204.240	1.681.066	-	4.489.690	

Tabela 10. Matrículas por Natureza e Dependência Administrativa – Brasil 2012-2018.

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2013; BRASIL, 2014; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018; BRASIL, 2019).

4. OS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA

No que diz respeito à graduação nas instituições de ensino superior, observa-se o crescimento nunca visto no Brasil dos cursos a distância (tabela 11). Embora essa modalidade de ensino tenha sido fortalecida após a LDB de 1996, no site do INEP encontramos dados apenas a partir do ano 2000. Se em 2000 a modalidade a distância representava 10 cursos de graduação, em 2018 subiu para 3.177 cursos.

Embora apresentado como a modalidade de ensino mais moderna e incluyente, o ensino a distância no Brasil tem sido marcado pela precarização do ensino, desqualificada infraestrutura para a condução dos estudos, contratação precária de profissionais, falta de incentivo para a qualificação dos docentes, entre outros, além de se constituir em mercadorização do ensino e aligeiramento da formação⁵ (CHAGAS, 2016).

Os dados apresentados nos colocam algumas questões: a graduação a distância aparece em maior número em quais cursos de graduação? Quantos estudantes matriculados no EaD conseguem concluir o curso e em quais condições? Por que os estudantes estão se matriculando no EaD? Essas são apenas algumas perguntas para pesquisas futuras com o objetivo de subsidiar melhor os debates da área, tendo em vista a tendência de incremento dessa modalidade de ensino.

Ainda sobre o ensino a distância devemos destacar que os dados referem-se apenas aos cursos que funcionam nesse formato em sua totalidade. Há ainda os cursos que oferecem parte das disciplinas da matriz curricular na modalidade de EaD, situação essa que tende a se expandir, inclusive, nas universidades públicas.

Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) lançou a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, permitindo que até 40% da carga horária dos cursos superiores presenciais da rede federal seja ofertada na modalidade de EaD (com exceção dos cursos de medicina). Antes, a permissão era de até 20%, podendo ser ampliado para 40%, se cumpridas algumas exigências do MEC (BRASIL, 2019). Como constatamos nos dados apresentados, essa decisão certamente está em sintonia com o aprofundamento da mercadorização, da lógica do lucro (em detrimento da formação de excelência e para a vida), e do não reconhecimento da educação superior como um direito de todos, como já anunciado na LDB de 1996.

⁵ Entende-se que a educação superior deve ser uma formação de excelência não apenas para a atuação no mercado de trabalho, mas, uma formação para a vida (MÉSZAROS, 2008).

Ano	Presenciais	A distância	Total
1991	4.908	-	4.908
1992	5.081	-	5.081
1993	5.280	-	5.280
1994	5.562	-	5.562
1995	6.252	-	6.252
1996	6.644	-	6.644
1997	6.132	-	6.132
1998	6.950	-	6.950
1999	8.878	-	8.878
2000	10.585	10	10.595
2001	12.155	16	12.171
2002	14.399	46	14.445
2003	16.453	52	16.505
2004	18.644	107	18.751
2005	20.407	189	20.596
2006	22.101	349	22.450
2007	23.488	408	23.896
2008	24.719	647	25.366
2009	27.827	844	28.671
2010	28.577	930	29.507
2011	29.376	1.044	30.420
2012	30.718	1.148	31.866
2013	30.791	1.258	32.049
2014	31.513	1.365	32.878
2015	32.028	1.473	33.501
2016	32.704	1.662	34.366
2017	33.272	2.108	35.380
2018	34.785	3.177	37.962

Tabela 11. Cursos de Graduação presenciais e a distância (1991 a 2018).

Fonte: MEC/INEP (BRASIL, 2000A; BRASIL, 2000B; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2003; BRASIL, 2004; BRASIL, 2005; BRASIL, 2006; BRASIL, 2007; BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2013; BRASIL, 2014; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018; BRASIL, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sguissardi (2008) apoia-se em José Rodrigues para explicar o aprofundamento do processo de mercadorização do ensino no modo de produção capitalista (RODRIGUES, apud SGUISSARDI, 2008, p. 1013). Afirma o autor, que o capitalismo em sua tendência de transformar tudo em capital, em escala planetária, transforma também a educação, seja em educação-mercadoria ou em mercadoria-educação. Essas seriam “faces da mesma moeda” e não isentas de contradições, ligando-se à forma pela qual o capital busca a sua reprodução ampliada. A educação-mercadoria articula-se diretamente à venda de serviços educacionais e a mercadoria-educação significa a incorporação da educação e do conhecimento como insumos necessários à produção de outras mercadorias. No caso da mercadoria-educação, dois aspectos devem ser considerados:

Por um lado, a expansão rápida de profissionais graduados [em algumas áreas específicas] favorece imediatamente ao capital industrial, posto que cria um exército de reserva que tende a rebaixar os salários dessa categoria profissional. Por outro lado, se esse exército

é constituído por graduados sem as devidas qualificações, isto é, qualidades requeridas pelo processo produtivo, a médio e longo prazo, o capital industrial poderá encontrar sérias dificuldades em seu processo produtivo (RODRIGUES, apud SGUISSARDI, 2008, p. 1014).

Assim, baseado na obra de José Rodrigues, Sguissardi (2008) considera que

[...] os empresários da educação tenderão, por todos os meios, a buscar a valorização e o controle sobre a educação-mercadoria, sob todas as suas formas; do mesmo modo, os empresários industriais, comerciais etc. tenderão a exercer sobre o sistema de educação superior, público ou privado, toda a forma de pressão que lhes garanta os insumos – a mercadoria-educação – que melhor sirvam aos objetivos de valorização de seu capital. Neste sentido, e porque são distintos os interesses imediatos de ambos os tipos de empresários, os industriais, comerciais ou outros, em geral, tendem a valorizar mais a educação superior estatal pública, pela muito maior possibilidade, revelada pela história e pelas “avaliações”, de produzir os profissionais que lhes interessam como instrumentos de valorização de seus produtos, de seu capital. Diversamente ocorreria com os empresários da educação, que precisam garantir seu negócio – a educação-mercadoria – e no máximo valorizariam as instituições públicas como formadoras de bons professores – mão-de-obra, insumo, mercadoria-educação – que propiciem a mais ampliada extração da mais-valia da acumulação (RODRIGUES, apud SGUISSARDI, 2008, p. 1014).

Embora a tendência à mercadorização não implique, necessariamente, o fim de toda a educação superior pública, é preciso destacar a sua constante subordinação à lógica do capital. Tendo em vista os dados apresentados, foi possível perceber que o crescimento das IES privadas tornou-se tendência marcante do ensino superior no Brasil, somado à diversificação das instituições que podem ser universidades, centros universitários, faculdades, entre outros. Além da mercadorização do ensino, percebe-se o desmantelamento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dado o crescimento das instituições não universitárias, ou seja, embora as universidades privadas tenham a obrigação de atuarem nesse tripé, a maior parte dos estabelecimentos privados não se configura como universidades, mas como centros universitários e faculdades, que não possuem a obrigatoriedade da articulação ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, é interessante notar que o empresariado tem maior interesse em implantar instituições cujo serviço oferecido seja mais barato, sendo muitas vezes em faculdades com pouca infraestrutura, sem investimentos em pesquisas e extensão, com poucos docentes e sem incentivo para a participação em atividades extracurriculares (como congressos, viagens técnicas e outros eventos).

Os dados de 1980 a 2018 demonstram que o ensino superior brasileiro é constituído em sua maioria por instituições privadas. Mas, qual a diferença do processo de mercadorização a partir da década de 1990? A principal diferença está no seu aprofundamento e lógica cada vez mais atrelada aos monopólios e ao mercado financeiro⁶.

O crescimento das IES a partir de 1990 teve como “divisor de águas” o ano de 1996 em diante, com destaque para as instituições privadas. A mercadorização alcançou um patamar tão marcante que de 1999 a 2004 as universidades públicas deixaram de ser maioria em detrimento das privadas. Esse cenário foi modificado apenas em 2005, quando as universidades públicas voltaram a ser maioria permanecendo até

⁶ Para este assunto consultar Roma (2013).

2018. Entretanto as IES privadas (se considerarmos todas as classificações) estiveram presentes em maior parte em todos os anos pesquisados.

Essa situação também impactou as matrículas. Levando em consideração a totalidade das IES, as matrículas nas instituições privadas foram predominantes. Especificamente sobre as universidades, é interessante notar que embora as universidades públicas fossem maioria entre 2005 e 2018, as matrículas dos estudantes estavam concentradas majoritariamente nas universidades privadas. Nesse quesito, podemos nos perguntar sobre a qualidade desse ensino e se há uma infraestrutura adequada baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão (uma vez que se trata de universidade) para o atendimento dos estudantes. Também aqui levantamos algumas problematizações: do total de matriculados, quantos estudantes conseguem concluir o curso? Em quais condições eles concluem o curso? Existe desistência em decorrência da dificuldade de se pagar um curso superior? Quanto de recurso do fundo público é captado pelas instituições privadas? Se esses recursos fossem investidos nas instituições públicas os estudantes teriam melhores condições para se formarem? Esses são apenas alguns questionamentos que não são possíveis de serem respondidos nesse trabalho. Por isso, ressaltamos a necessidade de realização de outros estudos que analisem de forma crítica essa problemática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 22 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 28 out 2014.

BRASIL. Portaria Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 06 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2018**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2017**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2016**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2015**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2014.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2013.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2012.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2011.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Número de cursos, matrículas, concluintes, vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos 1991 a 2010.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2010.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2009.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2008.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2007.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2006.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2005.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2006. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2004**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2005. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2003**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2004. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2002**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2003. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2001**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2002. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 2000**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2001. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 1999**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2000b. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Evolução do ensino superior – graduação – 1980 – 1998**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2000 a. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 1998**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 1999. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 1997**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 1998. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 1996**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 1997. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. **Sinopse estatística da educação superior de 1995**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Ensino a distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, V. 15, N. 1, P. 43-58, 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira; ASSIS, Simone Gonçalves de. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 195-221.

LEHER, Roberto. Educação do governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In:

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al.(Orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

LEHER, Roberto. Unesco, Banco Mundial e educação dos países periféricos. **Revista Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XI, n. 25, p. 46-54, 2001.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes. **Reforma da educação superior no governo Lula: debate sobre ampliação e democratização do acesso**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA, Bresser. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília. 1995. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>> Acesso em: 24 out. 2014.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, 2009.

RIBEIRO, Daniella Borges; FERRAZ, Ana Targina. Tendências contemporâneas da política de educação superior brasileira. **Revista SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 499-518, 2017.

ROMA, Cristiane da Costa Lopes. Financeirização da política educacional em tempos de neoliberalismo. **Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.